



EDITORIAL

Uma análise de conjuntura de um quadriênio nos permite um distanciamento e proporciona uma avaliação um pouco mais autêntica do recente período histórico vivido. Seja 2017 – 2020, que trouxe a avaliação de nossa revista, seja 2018 – 2022, período do Governo de Jair Bolsonaro.

Inicialmente, avaliando o percurso da Revista @rquivo Brasileiro da Educação, entendemos que uma revista não deveria reduzir a sua proposta editorial ao Qualis Periódico da CAPES. A promoção de uma revista acadêmica, a recepção, a avaliação e a editoração de artigos não são tarefas fáceis em um ambiente competitivo e com recursos humanos e financeiros reduzidos.

Lado outro, o respeito com a atividade científica dos colaboradores da revista deve estar, em primeiro lugar, com a qualidade das publicações que se destinam ao público interessado no desenvolvimento da Educação.

Uma lição aprendida desde a nossa primeira publicação em 2013 foi que é forçoso um acompanhamento diuturno de indicadores que alçam a qualificação da revista. Contudo, os critérios do Qualis Periódicos devem ser vistos como meios e não fins de uma revista científica. A meta deve ser proporcionar a visibilidade de artigos que é, efetivamente, o objetivo central da publicação.

Por esse caminho, o Qualis Periódicos da CAPES reconheceu o avanço na qualidade do @rquivo Brasileiro de Educação com o conceito B1.

No que diz respeito, ao quadriênio 2018 – 2022 em que a Presidência da República foi ocupada por Jair Messias Bolsonaro, indiscutível os retrocessos nas políticas educacionais democráticas e inclusivas. Com um discurso e ações anti-ciência como projeto de governo, o período foi marcado por desinvestimentos na educação e críticas ao modelo de escola e de universidade com traços populares e democráticos.

Sem adentrar numa análise mais profunda dos problemas trazidos pelas políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Bolsonaro, temos que o ano de 2023 se iniciou com a promessa de um novo momento para a sociedade brasileira após as tensões político-eleitorais de 2022. Nesta lógica observamos a reabertura do debate das políticas educacionais de forma ampliada, ou seja, a participação das universidades e associações científicas na (re)construção de projetos educacionais, bem como na avaliação de projetos em andamento.

A recriação da Secretaria de Articulação com Sistemas de Ensino (SASE) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) já permite vislumbrar um novo momento e novos compromissos com a Educação. Ademais, o reajuste das bolsas da CAPES e CNPq é outro indicador do papel que a pesquisa educacional passa a ter a partir de 2023.

Nesse sentido, evidencia-se a necessidade da rediscussão do Novo Ensino Médio, engendrado através de uma Medida Provisória em 2017, poucos meses após a retirada da Presidenta Dilma Rousseff do cargo para o qual foi legitimamente eleita. A insistência da revogação de uma proposta curricular, que teve o início de sua implantação em 2022, não é, por si, capaz de trazer uma mudança estrutural do sistema educacional brasileiro. Porém, a reabertura do debate público visibiliza as possibilidades de diálogo entre o executivo federal e as pesquisas que desvelam as fragilidades e potencialidades das políticas educacionais como essa que se encontra em curso.

O que se avizinha, e o tempo dirá se será efetivado, é a possibilidade da retomada de um caminho democrático na proposição, desenvolvimento e promoção de políticas públicas educacionais.

Boas Leituras!

Teodoro Zanardi
Editor Chefe

